

Dívida Pública

Ajuda, sim; Plano Brady, não

Começa mal, politicamente, o novo socorro da União a Estados em crise financeira. O governo federal já formalizou o compromisso com o Rio Grande do Sul e encaminhou o entendimento com Minas Gerais. A operação, com prazo de até 30 anos e subsídio federal, parecia perigosa na semana passada, porque ninguém pode estar seguro quanto à disposição dos próximos governadores. Agora, depois das declarações de quatro governadores reunidos num jantar, na quinta-feira, na sede do Estado, os motivos de preocupação parecem maiores. Alguns deles, como o de São Paulo, falaram sobre a urgência de medidas de austeridade. Isso é animador. É o mínimo que se pode exigir, razoavelmente, de quem tem de administrar contas no vermelho, com os cobradores batendo à porta. Mas, ao mesmo tempo, o grupo revelou uma visão distorcida de como o governo central deve intervir. Todos os governadores pareceram convencidos de um absurdo: a União, segundo eles, tem a obrigação e o poder de ajudar os Estados como se o problema fosse transferido para o Exterior.

Governadores estão reivindicando uma versão brasileira do Plano Brady, esquema usado para refinarar o débito de vários

países. Querem que a União lhes conceda condições semelhantes àquelas obtidas no reescalonamento da dívida externa. A comparação não tem sentido. O Plano Brady envolveu devedores e credores de diferentes nacionalidades. Os governadores, porém, estão empenhados numa discussão com o governo central do seu país. Na renegociação da dívida externa, os banqueiros credores tiveram de prestar contas a seus governos e a seus acionistas, donos do dinheiro em jogo. No caso brasileiro, o governo federal, ao assumir encargos de Estados, vai impor um peso e um risco a contribuintes, também brasileiros.

O endividamento estadual inclui uma parcela de compromissos externos, com garantia da União. No caso dessa parcela, talvez tivesse algum sentido discutir condições semelhantes à do Plano Brady. Mesmo em relação a essa parcela, porém, a reivindicação parece frágil. Depois, a maior parte dos problemas de Estados e municípios tem outra origem. Com a Constituição de 1988, cresceu a base tributária estadual e



municipal. Além disso, aumentaram as transferências constitucionais. Apesar disso, a crise fiscal se acentuou. Os gastos com pessoal se expandiram. As receitas adicionais foram gastas descuidadamente. Abusou-se dos bancos públicos, tanto para financiar as despesas do Tesouro quanto para conceder créditos de retorno duvidoso. Apesar do aumento de receita, os Estados não aliviaram a União de funções tra-

dicionais nas áreas de educação e saúde, por exemplo. Neste ano, mesmo, a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços tem subido, mas nem por isso as finanças de Estados e municípios estão em muito melhor condição. Os juros altos, afirma-se, explicam boa parte das atuais dificuldades. O custo do dinheiro, é preciso reconhecer, tem agravado as dificuldades. Mas não está na sua origem. Ao contrário. Se as finanças públicas — e isso inclui as finanças de Estados e municípios — estivessem mais próximas do equilíbrio, o Banco Central poderia ter baixado os juros há mais tempo e mais velozmente.

Mais de uma vez, nos anos 90, o Banco Central socorreu os governos estaduais, emprestando-lhes títulos federais e dando-lhes folga para políticas de ajuste. Todas as tentativas desse tipo foram inúteis. Nos últimos dois anos, o BC emitiu letras para facilitar a rolagem das dívidas de Estados e municípios. O saldo, em julho, era R\$ 29,7 bilhões. Também esse esforço foi insuficiente.

A reunião dos governadores permitiu conhecer melhor suas pretensões, que são descabidas

O governo federal, agora, se dispõe a oferecer um auxílio mais amplo e de longo prazo. Mas esse auxílio não deve ser visto como solução, nem como vantagem obtida de um credor externo: é apenas uma forma de facilitar a tarefa de cada governo estadual. Se essa ajuda for mal utilizada, a consequência ruim atingirá cada brasileiro. A União já está muito endividada, não pode acumular encargos muito maiores. Se os governadores entenderem esse ponto, a renegociação de sua dívida será menos preocupante para quem tem consciência de que o País é um só e Brasília é Brasil.